

Portugal e as novas dinâmicas locais e globais

TAIVEZ NUNCA, COMO HOJE, a escala geográfica foi tão decisiva para analisar dinâmicas, entender comportamentos e identificar mudanças. Também neste domínio os exemplos são múltiplos e de distinta natureza. Relembremos, por um lado, a forma crescente como dinâmicas locais e globais se articulam reciprocamente, tendo mesmo dado lugar ao neologismo “glocalização”, popularizado por Robertson (1995). Globalização do investimento e deslocalização de empresas, comércio justo de produtos locais e mercados mundiais, alterações climáticas e estratégias locais de adaptação, bairros étnicos e globalização das redes migratórias, são exemplos da crescente dialéctica que se verifica em múltiplos domínios entre dinâmicas globais e locais.

As escalas geográficas

Mas também as formas de governança multi-escala, tão relevantes, por exemplo, no contexto da União Europeia, exigem que

se preste particular atenção à componente “escala geográfica” no modo como distintos actores – internacionais, comunitários, nacionais, regionais e locais – se organizam, repartindo atribuições e competências, decisões e iniciativas, ou recorrem ao uso das escalas para, como afirma Charnock (2010), construir novas e sucessivas formas de hegemonia.

“**“Pôr Portugal no mapa” implica uma visão sistémica [...] capaz de integrar as especialidades dos vários poderes**”

Portugal não escapa, naturalmente, a estas duas tendências.

Pela visibilidade que faculta, tornando possível detectar a escala analítica mais adequada

da a cada fenómeno através de exercícios aproximativos de *zoom*, pelas interacções que permite identificar, recorrendo a análises de natureza multi-escalar, e pelas formas de organização que viabiliza, conforme se sublinhou no parágrafo anterior, a dimensão “escala geográfica” e os jogos de leitura e hierarquização que proporciona são uma poderosa fonte de inteligibilidade, mas também de poder, em relação tanto ao presente, como ao futuro.

As redes

Vivemos hoje num mundo crescentemente interactivo e organizado em rede.

A globalização das mais variadas componentes da vida colectiva – mundo financeiro, economia, tráfico de droga, movimentos migratórios, terrorismo, média, turismo, activismo social, etc. – pressupõe a intensificação de fluxos e mobilidades assentes em redes, com graus de organização e duração muito variados, que em muito beneficiam do desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação e que reflectem lógicas, estratégias e práticas crescentemente concebidas de forma global.

Mais recentemente, a expansão de serviços relacionados com a Web2.0 (blogs, wikis e sítios de redes sociais) permitiu o desenvolvimento exponencial de comunidades em linha, transformando o ciberespaço numa enorme plataforma comunicacional envolvendo muitos milhares de redes e muitos milhões de pessoas e organizações.

Redes físicas e virtuais complementam-se e reforçam-se reciprocamente, assentes em nós e actores estratégicos que sabem retirar partido do enorme potencial da proximidade conectiva, acompanhada, ou não, pela intensificação da mobilidade de pessoas, capitais e bens.

Entender estrategicamente as espacialidades das sociedades e economias de hoje implica compreender o modo como as várias componentes referidas – território, local, escala geográfica e rede – se combinam entre si de forma específica em distintos contextos, isto é, decifrar a natureza polimórfica dessas espacialidades para situações existentes ou desejadas.

Por exemplo, a análise e gestão estratégica de redes de cooperação envolvendo cidades dispersas pelos vários Estados membros da

União Europeia e com posicionamentos hierárquicos muito distintos no seio do sistema urbano europeu mobiliza simultaneamente as componentes de território, local, escala geográfica e rede, e serão tanto mais frutuosas quanto maior for a capacidade de os diversos actores envolvidos entenderem e valorizarem a natureza polimórfica dessa complexa teia relacional.

Os sentidos de uma matriz relacional

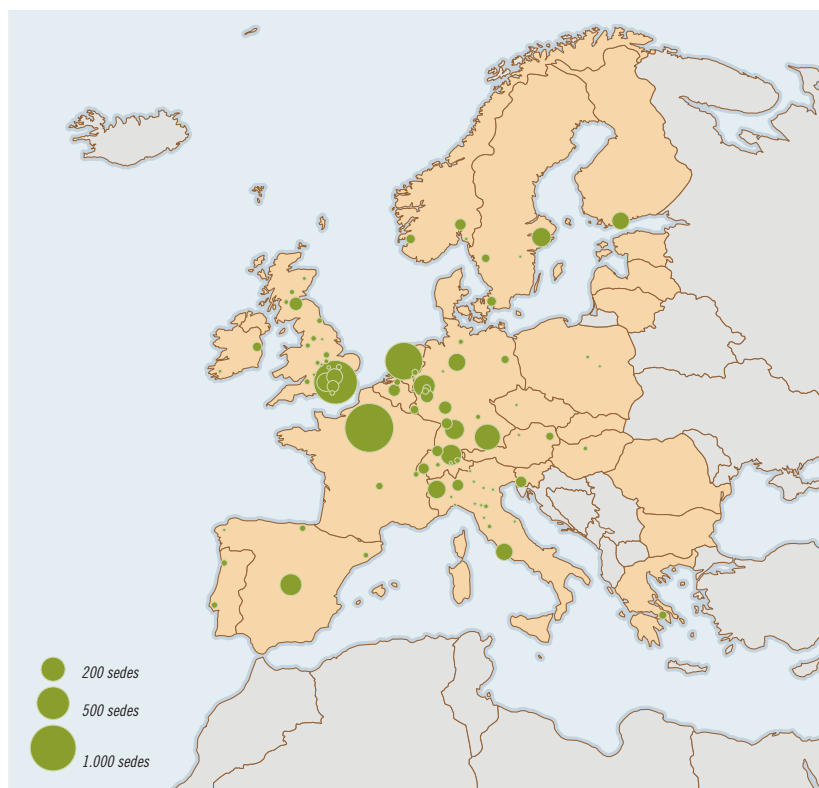
“Pôr Portugal no mapa” implica uma visão sistémica dessas várias componentes, que seja capaz de integrar as espacialidades dos vários poderes – políticos, económicos e sociais – já hoje consideradas no âmbito de domínios como a geografia ou a geopolítica, moderna e pós-colonial, e a geoeconomia (Cowen e Smith, 2009), mas que vá para além deles tendo como referência a matriz relacional “geográfica” proposta por Jessop, Brenner e Jones (2008).

Essa matriz relacional, envolvendo os elementos território, lugar, escala geográfica e rede, tem, no entanto, uma natureza sobretudo instrumental. Ela apenas ganha sentido à luz de visões integradas e desejavelmente desenvolvidas a partir de pontos de vista distintos, que se complementem entre si. Portugal entendido a partir de comunidades locais concretas, enquanto projecto nacional, no âmbito da União Europeia ou no contexto de desígnios globais, mobilizará, necessariamente, diferentes aspectos e distintas combinações dos quatro elementos referidos.

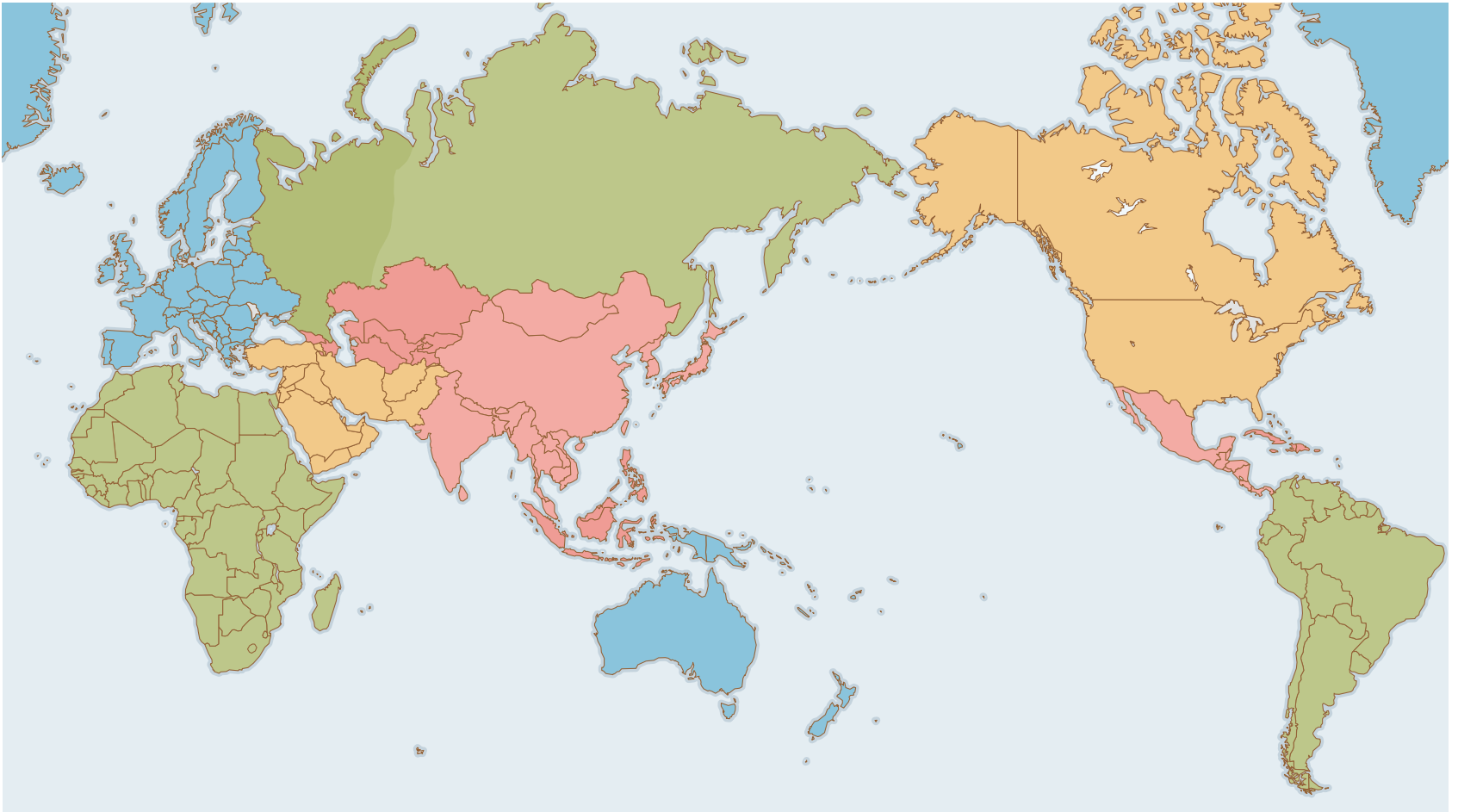
Os exercícios de cenarização desenvolvidos no âmbito do ESPON – European Spatial Planning Observation Network sobre o papel da Europa no mundo (ESPON 2007a) e sobre o futuro do território da Europa tendo 2030 como horizonte temporal (ESPON 2007b) que incluem, naturalmente, Portugal – ilustram a importância de compreendermos melhor as dinâmicas territoriais e de colocarmos objectivos territoriais nas agendas políticas, e das políticas, para a construção de visões que favoreçam um futuro mais promissor.

Dar inteligibilidade e sentido a Portugal colocando-o no(s) mapa(s)

O polimorfismo sublinhado por Jessop, Brenner e Jones (2008) não varia apenas no



Portugal irrelevante: sedes de firmas internacionais. Fonte: ESPON 2007a, p.28.



Portugal marginal. Mapa-mundo centrado na Nova Zelândia. Adaptado de: <http://aucklandmapcentre.co.nz>

tempo e entre diferentes espaços, mas também de acordo com a perspectiva e a visão de análise adoptadas.

Este aspecto é particularmente importante, porque implica aceitar que não existe um “polimorfismo correcto” para Portugal, ou qualquer outro país ou área do globo, associado a cada contexto histórico-geográfico, que importaria identificar e decifrar com

precisão e objectividade. Existem, sim, combinações diversificadas dos vários elementos de referência antes apresentados e essas combinações reflectem inevitavelmente valores éticos, interesses, preferências e opções de natureza distinta, tanto do ponto de vista analítico como estratégico, e por isso sujeitos a controvérsia e contestação.

A construção de projectos globais e contras-

tados em – e para – Portugal é claramente insuficiente, reflectindo aspectos tão diversificados como a falta de cultura de interdisciplinaridade, o escasso diálogo existente entre as comunidades científica, política, empresarial e da sociedade civil ou a ausência de *think-tanks* estáveis e credíveis.

À comunidade científica cabe dar um primeiro passo, disponibilizando para escrutínio

público uma agenda de investigação que vise a construção colectiva de visões mais integradas e prospectivas que permitam colocar Portugal no(s) mapa(s) que lhe dão inteligibilidade e sentido. Uma responsabilidade e ambição inalienáveis, que a mobilização do extenso acervo da Revista *Janus* e do Observatório de Relações Exteriores que a suporta poderá, sem dúvida, ajudar a concretizar. ■

Referências bibliográficas

- APA (2008), Estratégia Nacional de Desenvolvimento Nacional, ENDS 2015, Lisboa: Agência Portuguesa do Ambiente.
- Carmo, R. M. do (2010), “O Mundo é Enrugado”: as Cidades e os seus Múltiplos Territórios”, *Próximo Futuro*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, http://www.proximofuturo.gulbenkian.pt/pdf/O_mundo_e_enrugado-Renato_Carmo-rev.pdf
- Charnock, G. (2010), “The Space of International Political Economy: On Scale and its Limits”, *Politics*, 30 (2), pp. 79-90.
- Cowen, D. e Smith, N. (2009), “After Geopolitics? From the Geopolitical Social to Geoeconomics”, *Antipode*, 41 (1), pp. 22-48.
- ESPON (2007a), Europe in the World. Territorial Evidence and Visions, ESPON Project 3.4, results by autumn 2007, Luxembourg: ESPON.
- ESPON (2007b), Scenarios on the Territorial Future of Europe, ESPON Project 3.2, Luxembourg: ESPON.
- Friedman, T. L. (2005), *The World is Flat: a Brief History of the Twenty-Century*, New York: Farrar, Straus & Giroux. Edição portuguesa: *O Mundo é Plano: uma Breve História do Século XXI*, Lisboa: Actual Editora (2005).
- Jessop, B., Brenner, N. e Jones, M. (2008), “Theorizing sociospatial relations”, *Environment and Planning D: Society and Space*, 26, pp. 389-401.
- MAOT (2010), Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira, Lisboa: Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território.
- MAOTDR (2007), Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, Lisboa: Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.
- O’Brien, R. (1992), *Global Financial Integration: The End of Geography*, London: The Royal Institute of International Affairs.
- Ohmae, K. (1991), *Borderless World: Power and Strategy in the Interlinked Economy*, New York: McKinsey and Co.
- Ribeiro, O. (1963), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico: Esboço de Relações Geográficas*, Lisboa: Sá da Costa.
- Robertson, R. (1995), “Glocalization: time-space and homogeneity-heterogeneity” in M. Featherstone, S. Lash e R. Robertson (eds.) *Global Modernities*, London: Sage Publications, pp. 25-44.
- Santos, F. D. e Miranda, P. (Editores) (2006), *Alterações Climáticas em Portugal. Cenários, Impactos e Medidas de Adaptação – Projecto SIAM II*, Lisboa: Gradiva.



Portugal fora do sítio. Fonte: CNN.

Este texto está publicado, na íntegra, na revista *JANUS.NET, e-journal of International Relations*, Vol. 1, n.º 1 (Outono 2010). Disponível em: http://observare.ual.pt/janus.net/pt_vol1_n1_art8